



A GUERRA DAS CAATINGAS

Davis Ribeiro de Sena

*“Depois de uma batalha perdida,
nada é mais desolador
do que uma batalha ganha.”*

Wellington, vencedor em Waterloo,
ao lamentar o extermínio da Guarda de Napoleão.

Neste ensaio, o autor examina o fenômeno Canudos em função das realidades políticas, econômicas, sociais e militares determinantes da conjuntura que o produziu e o administrou.

1. PROCURANDO ENTENDER CANUDOS

A extinção do morgadio pela República derrubara a vigia mestra do sistema fundiário brasileiro herdado do período colonial e, juntamente com a inovação da autonomia concedida aos estados da federação, contrastava com a tradicional centralização do poder nas mãos do Imperador, sabidamente uma das principais causas da unidade nacional deste país. A consequência imediata dessa des-

centralização administrativa foram os mal-entendidos surgidos a respeito dos limites das atribuições das autoridades estaduais, municipais e federais, isto é, onde começavam e onde terminavam as responsabilidades legais de cada nível de governante.

A partir do estabelecimento da Constituição de 1891, a intervenção do governo central só era admitida por intermédio de pedido específico da unidade federativa interessada, após esgotar os próprios recursos empregados para debelar os fo-

an Tece duites politicos

cos de tensão. Taxas e impostos passaram para a órbita dos estados e municípios, propiciando divergência entre eles e reação das populações que sofriam os reflexos negativos dessa acomodação inicial, devido à mudança institucional imposta ao país. No próprio Governo Federal havia cisão de opiniões, eis que alguns confundiam as reformas introduzidas com o surgimento anômalo de "Estados dentro do Estado".

A República acelerou as aspirações de progresso econômico, contrapondo-se ao conservadorismo monárquico. Os grupos financeiros internacionais aumentaram seus interesses e negócios com o Brasil e foram fundados vários bancos estrangeiros e abertas firmas importadoras e exportadoras nas principais capitais estaduais, sendo incrementado o crédito e o financiamento, particularmente às exportações de produtos primários como café, borracha, mate, açúcar, fumo e algodão. Em compensação, a importação de manufaturas imprescindíveis e de bens supérfluos pressionava o balanço de pagamentos, gerando crises financeiras internas, em face do acúmulo de compromissos assumidos no exterior.

A desvalorização da moeda, a cupidez dos financistas internacionais, as ambições e inexperiência do incipiente empresariado nativo etc, levaram o país, em 1891, à sua primeira grande "crise de desenvolvimento": o chamado "encilhamento", resultado da passagem abrupta

de uma situação de economia centralizada para um excessivo liberalismo econômico, descentralizado, com reflexos negativos no sistema tributário.

Acrescente-se, ainda, o desajustamento social, fruto da libertação dos escravos, inicialmente responsável pelo desamparo do principal contingente humano produtivo. Essa mão-de-obra emergente e empobrecida estava insatisfeita com os baixíssimos salários, o descaso, o menoscabo e o desrespeito com que eram tratados pelas elites dirigentes. Ao seu lado colocavam-se, solidárias, as primeiras levas de trabalhadores imigrantes, principalmente italianos, que contribuíram decisivamente para a explosão industrial paulista, mas trouxeram consigo o "vírus contagioso" dos direitos sociais exigidos pelo segmento operário em troca do seu trabalho. Eram os chamados "anarquistas". Sem dúvida, o Brasil atravessava um dos mais críticos momentos de sua árdua trajetória histórica.

* * *

"Saúdo primeiro magistrado que saberá felicitar a nação pt FP".

Através de telegrama com esse singelo teor, o Vice-Presidente no exercício do cargo de Presidente Marechal-de-Campo Floriano Rodrigues Peixoto homenageava o seu substituto Dr Prudente José de Moraes Barros — o "Biriba" — pri-

meiro Presidente do Brasil eleito em eleições diretas, representando a oligarquia cafeeira.

O Presidente Prudente saiu, então, de Piracicaba (SP) e dirigiu-se de trem ao Rio de Janeiro, sede do Governo Federal. Ninguém o esperava na estação, nem havia previsão de transporte para ele. Alugou um táfuri e dirigiu-se, com a família, para o Hotel dos Estrangeiros, no bairro do Flamengo, onde, mais tarde, recebeu o Capitão-Tenente Sadock de Sá, ajudante-de-ordens do Vice-Presidente em exercício, que lhe apresentou os cumprimentos em nome de seu chefe. Prudente aproveitou o ensejo para solicitar uma audiência a Floriano, mas deste não obteve resposta. No dia da posse, foi conduzido de carro ao Senado Federal (Praça da República) pelo Embaixador inglês, assumindo a Presidência, normalmente. Do Senado, dirigiu-se de gôndola da praça ao Itamarati (Sede do Governo), onde não havia viva alma para recebê-lo. Nem guarda, nem criados. Meia hora depois, chegava o Ministro do Interior e Justiça, Cassiano do Nascimento, para explicar-lhe que poderia considerar-se investido no cargo de Presidente da República. Estávamos no melancólico dia 15 de novembro de 1894, que deveria ser uma data festiva. A cidade estava intranquilha e o povo, como sempre, alheio aos acontecimentos.

O Presidente Prudente — “Prudente de Mais”, na opinião dos jacobinos — era um político ta-

rimbado, republicano de primeira hora. Eleito pelo novel Partido Republicano Federal, juntamente com Manoel Victorino, fora candidato em oposição a Deodoro, no Congresso, ocasião em que obteve surpreendentes 97 votos contra 129 conferidos ao Proclamador da República. Em compensação, seu companheiro de chapa Floriano Peixoto derrotou o oponente da chapa oficial Almirante Eduardo Wandenkolk e fora empossado na Vice-Presidência do futuro Generalíssimo Deodoro.

Evidenciando que os militares responsáveis pela República não compartilhavam das mesmas idéias do Congresso que, embora republicano em sua maioria, entrara em rota de colisão com o poder executivo, o Vice-Presidente Floriano — e, por isso mesmo, Presidente do Congresso Nacional — jamais compareceu àquela casa legislativa para conduzir as sessões plenárias. O Senador Prudente, Presidente do Senado, assim, dirigiu os trabalhos da Constituinte de 1891.

Mas a identidade de propósitos não era unânime, também, entre os militares: Deodoro, ao ver fracassado o seu intento de assumir o poder absoluto e ter que recolher-se à vida privada, dirigiu-se à nação denominando o Vice-Presidente da República, seu substituto constitucional, simplesmente de “funcionário encarregado”.

Após o explosivo período florianoista, Prudente assumiu o poder com a intenção clara de conter os

ânimos exaltados pela guerra civil, contrariando as intenções dos republicanos radicais que não renunciavam à condição de vitoriosos no conflito armado eclodido no Rio Grande do Sul e irradiado a toda a região sul-brasileira, com ligações profundas na maioria da oficialidade da Armada, então em permanente estado de insatisfação. Segundo José Maria Belo, o êxito da presidência civil seria fruto da “reação armada dos federalistas e da Marinha, sem a qual a República teria marchado para as ditaduras militares”. Urgia a pacificação da sociedade brasileira, em vias de ser vítima de outros conflitos armados de conseqüências imprevisíveis. A paz foi assinada em 23 Ago 1895, vencendo delongas e difíceis negociações, mas dando início à batalha da anistia geral travada no Congresso e procurando superar seqüelas e ressentimentos disseminados entre os vários segmentos políticos discordantes. Finalmente, em 21 Out 1895, o Presidente decretou a tão almejada anistia, excetuando, entretanto, os militares, “que só voltariam ao serviço ativo depois de dois anos”.

No campo econômico a situação era de igual apreensão. As intencionalidades e a guerra civil levaram Floriano — que já recebera o erário público em precárias condições — a transmiti-lo quase falido ao seu sucessor. Nas trocas comerciais, o preço médio da saca de café (60 quilos) caíra de 4 libras, em 1889, para apenas 2,5 em 1897, em que pe-

se a produção ter dobrado de 4 para 8 milhões de sacas, 2/3 da produção mundial. A debilidade econômico-financeira forçara o governo anterior a emitir quantia superior a 700 mil contos de réis em papel-moeda e, impedido de executar qualquer plano administrativo, por força da inquietação política e das agitações institucionais, Prudente sobrevivia à custa de improvisações de momento, além de valer-se de um empréstimo externo de um milhão de libras em letras do Tesouro Nacional. Nesse curto e instável período da evolução política da Nação Brasileira, eclodiu, arrastando consigo toda a sorte de emoções e conseqüências danosas, a crise de Canudos, com os dois conselheiros à frente do processo político-social que abalaria o sistema republicano: o Conselheiro Luiz Viana, Governador da Bahia e Antônio Vicente Mendes Maciel, o místico Antônio Conselheiro. O Exército foi, então, empregado em uma campanha para a qual, apesar de motivado, não estava adequadamente adestrado, eis que ainda se refazia dos ferimentos físicos obtidos na Revolução Federalista, além de estar minado por outras mazelas contraídas nas duras campanhas desagregadoras da fase da consolidação da República, pela qual se considerava o principal responsável.

Pois bem. Sentindo-se cercado por seus opositores, sem o necessário apoio institucional, e visando a salvar a dignidade do cargo de primeiro magistrado do país, o Presi-

dente Prudente valeu-se de sua delicada saúde e se recolheu a um hospital, onde se submeteu a uma intervenção cirúrgica, que exigia período de convalescença posterior. Em decorrência do fato consumado, Manoel Victorino Pereira, eleito Vice-Presidente aos quarenta e um anos, assumiu a presidência aos quarenta e três. Político jovem, culto, sem compromisso com o passado, simpático aos jacobinos, já governara seu estado, durante o governo de Deodoro, por indicação de Rui Barbosa e era considerado um homem resoluto e integrante do esquema político-militar armado para enfrentar a crise canudense. Brilhante médico, jornalista destacado, estudante excepcional, segundo Pedro Calmon, “tornou-se o Salvador, o homem que reergueria a República, tão enferma quanto o seu Presidente”, e assumiu o cargo como se fora Presidente eleito, e no pressuposto de que exerceria seu mandato até o final do quadriênio, através de planos próprios de governo. Imediatamente, substituiu todo o ministério e transferiu a sede do Governo Federal, do Itamarati para o Palácio do Catete (adquirido ao Conselheiro Mayrink), que inaugurou celebrando um suntuoso baile, de grande repercussão na sociedade mundana da época e que, na língua ferina de seus críticos mais contundentes, lembrava o famoso baile da ilha Fiscal. O General Dionísio Cerqueira foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, e o General Francisco de Paula Argolo as-

sumiu o Ministério da Guerra, completando a equipe de baianos ilustres, considerados capazes de eliminar a ameaça conselheirista, em curto prazo.

A coluna Moreira Cesar — entre todas a mais bem organizada — foi enviada ao alto sertão baiano, a fim de reduzir o arraial rebelde que, na ótica dos republicanos mais extremados, era uma tentativa de restauração monarquista. O desastre dessa expedição — ocasião em que frações do Exército atingiram o nível operacional mais baixo de toda a nossa História Militar — e a morte em combate de seu bravo Comandante, foi a sentença capital ao efêmero Governo Victorino. Em 06 Mar 1897, logo após a derrota comprometedora, Prudente de Moraes entrou inesperadamente no Catete (o presidente em exercício veraneava na Tijuca, bairro carioca), ocupou o Palácio e comunicou ao Vice-Presidente que acabara de assumir o poder, pois estava restabelecido.

Entretanto, a situação política continuou tensa, com repercussões perniciosas na Força Terrestre, incapaz de absorver com serenidade o surpreendente e fragoroso revés imposto pelos fanáticos de Antonio Conselheiro, verdadeira comoção nacional: agitação e tumulto no Largo de São Francisco e nas principais ruas do centro do Rio de Janeiro; impunidade aos empasteladores dos jornais “sebastianistas”; absolvição dos assassinos do jornalista monarquista Cel Gentil de Cas-

tro — morto a tiros e punhaladas na estação de São Francisco Xavier, ao lado do Visconde de Ouro Preto, salvo milagrosamente; ataques verbais virulentos ao Presidente, no Congresso; indisciplina generalizada nos corpos de tropa, forçando o Ministro da Guerra a determinar o recolhimento de todos os militares aos respectivos aquartelamentos. A seguir, os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha chegaram ao cúmulo de vaiar o seu Comandante, amotinando-se em 26 de maio, ocasião em que foram cercados por terra e mar, o que os levou à rendição e ao desligamento disciplinar, punição estendida aos alunos da Escola Militar de Fortaleza, solidários aos seus companheiros do Rio de Janeiro. O Governo Federal fortaleceu-se ainda mais ao extinguir os “batalhões patrióticos”, organizados após a morte de Castro (08 de março) e encontrou forças para livrar-se de Francisco Glicério, através de manobra política efetuada na Câmara de Deputados, e nomear o Marechal Carlos Bittencourt para o Ministério da Guerra.

O lamentável episódio da tragédia de Canudos, contudo, não foi encerrado nas caatingas nordestinas. As paixões desenfreadas, as feridas dolorosas, os interesses inconfessáveis, os ódios incontidos, transferiram seus males e rancores até o atentado de 05 de novembro de 1897, uma hora da tarde, no cais Pharoux, no momento do desembarque de parte das forças comba-

tentes, que regressavam da área de operações: a mão assassina de um ansepeçada — cujo nome o autor declina de mencionar — fere mortalmente o Ministro Bittencourt, após atentar contra a vida do Presidente Prudente. A roda viva de insensatez é acelerada: jornais da oposição (“O Jacobino”, “Folha da Tarde” e outros) são empastelados; o Congresso decreta o estado de sítio por trinta dias; inquérito policial acusa o jornalista Deocleciano Martyr — proprietário de “O Jacobino” — de mandante do crime político, por intermédio de depoimento espontâneo do juiz Gusmão Lima. Alcindo Guanabara, Barbosa Lima e outros oposicionistas são presos e deportados para a ilha presidio de Fernando de Noronha. Martyr implica autoridades civis e militares, inclusive o Gen Bda Arthur Oscar — o vencedor de Canudos — e o Vice-Presidente Manoel Victorino, que protestou veementemente contra a inclusão de seu nome no rol dos suspeitos, fazendo com que fosse retirado, após constrangedora discussão pública. Logo após, o assassino é encontrado enforcado na prisão.

Em que pese a desordem generalizada, houve fatos positivos nesse período conturbado da implantação do regime republicano em nosso país e a citação de alguns arre-mata este capítulo:

Reatamento das relações de amizade com Portugal, interrompidas por Floriano, como represália ao asilo concedido por navios por-

tugueses aos rebeldes de Saldanha da Gama; fim das divergências diplomáticas com a Itália, a França e a Alemanha; vitória sobre a Argentina nas questões territoriais das Missões (o presidente dos Estados Unidos, Angus Cleveland, foi o árbitro); devolução pacífica da ilha da Trindade ocupada arbitrariamente pelos ingleses, além de outras medidas políticas e econômicas de interesse nacional, como o fortalecimento do sistema federativo, a manutenção dos direitos do cidadão e a continuidade do processo democrático. Passado o dilúvio, o Presidente Prudente José de Morais Barros (1894/98) entregou tranqüilamente a faixa presidencial ao seu sucessor eleito e empossado (Manoel Ferraz de Campos Sales) e entrou na história considerado por muitos brasileiros como "O Pacificador".

2. COMBATER É PRECISO

O desígnio do egocêntrico Antonio Maciel de conduzir sua gente miserável até as últimas consequências, e o propósito da República passional de exterminar vidas humanas, sem contemplação, é de estarrecer.

O fenômeno Canudos é fato histórico extraordinário, de difícil entendimento, talvez o mais intrincado evento já acontecido em nossa memória e ainda carente de avaliação desapassionada. Para entendê-lo, é necessário — além de paciente, longa e profunda pesquisa — conhecer a área e reportar-se

ao comportamento da sociedade brasileira à época. ^{Principalmente} [Principalmente o papel exercido pela Força Terrestre, que recebeu a missão explícita de resolver o "caso Conselheiro".] Ora, o Exército só sabe combater. Para esse fim ele existe e tem as suas atribuições claramente definidas nas constituições brasileiras, desde a primeira que foi redigida. Ao investir sobre Canudos só uma idéia-força norteava os chefes militares: vencer, pois não há substituição para a Vitória.

Esta constatação lógica não exime os chefes militares das críticas construtivas que o analista isento tem o compromisso de tornar públicas. Ao contrário, a ação de pessoas de cujo discernimento e valor dependem vidas humanas deve ser aferida com rigor, ainda mais quando essas vidas são de jovens subordinados hierárquicos que foram conduzidos ao campo de batalha não necessariamente confiantes na causa pela qual lutavam, mas, simplesmente, cumprindo seu dever cívico. Estar adequadamente preparado para chefiar a tropa em combate é dever inexorável do líder militar de todos os níveis, bem como o autocontrole emocional e a generosidade com os vencidos são exemplos de Caxias. O essencial é não creditar ao Exército, enquanto instituição, os abusos cometidos porventura por alguns homens que, eventualmente, exerceram funções de chefia, falíveis, portanto.

A dura realidade que aflorou na Campanha de Canudos foi que

certos chefes militares estavam, no mínimo, desatualizados com os avanços tecnológicos e táticos do momento, parados no tempo, praticamente investidos do poder policial, cuidando das feridas gloriosas obtidas em outras campanhas e comovidos com a sorte pungente de companheiros mortos ali e insepultos. Movia-os a ira incontrollável contra os fanáticos. Tal assertiva não exclui a presença de oficiais serenos e competentes que lideravam os expedicionários, administrando valorosamente as adversidades surgidas.)

As colunas destinadas a Canudos foram conduzidas como diligências punitivas e, não, como operações de guerra convencional, como deveriam ter sido orientadas. Não obstante o poder relativo de combate ser francamente favorável aos legalistas, eles ficaram imobilizados pela própria desorganização dos apoios, que entraram em colapso, e pela doutrina de emprego, que incapacitava a infantaria de progredir sobre um inimigo determinado e munido de fuzis de repetição de tiro ajustado: as posições defensivas seriam conquistadas a baioneta, sendo proibido o disparo das armas individuais, durante os lanços. Posicionar a artilharia antecedendo a infantaria e executando o tiro direto, à frente do dispositivo de ataque, foi uma novidade que não apresentou resultados positivos. No que se refere ao setor doutrinário, simplesmente inexistiam os regulamentos e manuais técnicos e de

campanha. Moreira César adquiriu notoriedade e admiração, no Exército, pela difusão do regulamento de sua autoria, que disciplinava o serviço em campanha. Além do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), havia o RSA — Regulamento dos Serviços Administrativos — e o RISG — Regulamento de Instrução e de Serviços Gerais — que regulavam as tarefas internas desenvolvidas na caserna, em tempo de paz e uns poucos elaborados por oficiais dedicados que procuravam aperfeiçoar os seus conhecimentos obtidos na Escola Militar, pela própria iniciativa, consultando documentos castrenses estrangeiros, particularmente alemães, adquiridos com as próprias economias e redigindo trabalhos baseados nessas experiências. Não existia instrução diária para a formação do combatente, dividida em períodos com início, meio e fim, inexistindo, também, uma data fixa de assentamento de praça que propiciasse a organização de turmas homogêneas, detentoras do mesmo conhecimento teórico e prático, evoluindo com o avanço do tempo. O conscrito podia ser incorporado em qualquer dia útil do ano civil. Os quadros e a tropa compareciam ao aquartelamento e lá permaneciam durante as horas de expediente, principalmente para dar a ação de presença e fazer a manutenção do armamento, do equipamento e das dependências do prédio. As instruções de tiro eram escassas. O Exército era profissionalizado e o interessado podia as-

sentar praça, dar baixa e retornar ao serviço ativo várias vezes. O Comandante da unidade valor BI era o responsável único pelos recrutamento, disciplina, pagamento e promoção das praças, aquisição de material e de animais. A dotação orçamentária era votada para a Unidade diretamente pelo Congresso Nacional, sobre um efetivo previsto em lei. Se esse número fosse menor, a diferença raramente era restituída. Por isso, havia muitos claros no mapa-da-força, resultando que uma Organização Militar constava no organograma da Instituição com determinado efetivo, mas, na realidade, ela enquadrava menos pessoal.

Canudos é o marco principal da História Militar brasileira. Aquele triste episódio, onde a Força Terrestre nacional teve atuação ainda obscura, em face da reduzida difusão dos seus profundos ensinamentos, definiu a única direção a ser seguida, para continuar a ser uma organização regular, permanente e confiável: modernizar-se ou sucumbir.

Ainda pensando as profundas cicatrizes abertas pela árdua e sangrenta Guerra do Paraguai, campanha eivada de exaustivos e longos percalços, mas em que tivera desempenho amplamente meritório, nosso Exército, ao enfrentar os jagunços e as caatingas de seu próprio território, atravessava crônica crise existencial: menosprezado pelo Imperador — desconfiado de sua lealdade à coroa — que dava priorida-

de de seu governo à Guarda Nacional; com o efetivo reduzido; debilitado pelo intransigente jacobinismo predominante entre a oficialidade; divorciado e isolado do intercâmbio com os principais exércitos do mundo; infiltrado pelo sectarismo partidário, que chegava ao ponto de fazer alguns de seus oficiais esquecerem seus principais compromissos profissionais; dividido pelo deletério maniqueísmo de “doutores” e “tarimbeiros” e pela aguda crise política gerada pela recente implantação do regime republicano, ocasião em que exercera o papel de principal mentor da queda da monarquia; sem formação doutrinária do oficial de estado-maior; coexistindo com permanente crise interna que chegava à rebeldia, através de motins e demonstrações individuais e coletivas de indisciplina; enfrentando uma indesejável e desgastante desconfiança para com a tradicional irmã de uniforme, a nossa Marinha de Guerra, monarquista na maioria de seu efetivo e às voltas, por sua vez, com sucessivas sublevações da ordem em suas fileiras. Enfim, era a luta pelo poder, momentaneamente instável e vacilante, entregue às mãos civis, consideradas incapazes e frágeis, propiciando, assim, a retomada pelos militares. A guerra civil de 1893/4 abriu feridas profundas nas forças armadas, de cicatrização dolorosa.

O soldado combatente, o principal agente da guerra, não estava conscientizado da missão a cumprir. No fundo, se identificava mais

com a gente do Conselheiro — pois oriundo da mesma camada social — e não entendia o bombardeio das igrejas católicas, transformadas em cidadelas pelo inimigo, considerando esse fato imperdoável pecado mortal. Simplesmente arrebanhado do convívio familiar, metido nos porões e conveses dos navios e conduzido àquele sertão brabo, sem a menor explicação, ainda tinha que enfrentar o suplício da viagem de trem, assim como a estafante marcha a pé (os oficiais a cavalo), pesada mochila às costas, pesada munição nas patronas, pesado fuzil a tiracolo, pesadas botinas nos pés, todo apertado naquele incompreensível e calorento uniforme, calças vermelho garance, túnica azul ultramar, abotoada até o pescoço. Os boatos negativos minavam-lhe a moral.

* * *

Arthur Oscar, já em Queimadas, decidiu constituir uma 2.^a Coluna através de Sergipe, simplesmente porque aquele eixo (Queimadas-Monte Santo-Canudos) não comportava toda a tropa de que dispunha. Sem prever regiões de destino intermediárias, decidiu que a tropa se deslocaria pela trilha em “formação de quatro de fundo”, isto é, o escoamento era longo: quando a testa do dispositivo estivesse atingindo Cansanção, a retaguarda estaria iniciando o movimento em Queimadas. Daí, a criação da 2.^a coluna, não respalda-

da em decisão tática, mas por imposição geográfica. Enfim, seria uma decisão acertada, desde que fosse estabelecida a ligação constante, entre ambas. Entretanto, a única medida de coordenação e controle foi determinar a data de encontro em Canudos. Correu o risco, inconcebível em um comandante tático, de ser batido por partes.

A idéia fixa era a mesma de Moreira César, por isso era fixa: investir a localidade ao início do crepúsculo matutino náutico e à tarde, ao fim do crepúsculo, justicar os bandidos capturados. Em seguida, retornar à Capital Federal e receber as honrarias relativas ao feito. Em momento algum, o Comandante avaliou uma linha de ação que previsse a posse dos acidentes capitais que rodeavam o arraial, isto é, cercá-lo. Ele simplesmente desprezou o fato de que os 5.000 homens postos ao seu comando teriam que ser alimentados e controlados durante o intervalo entre o início de deslocamento e o assalto ao reduto adversário. Neste ponto é que fracassaram a liderança e a previsão logística. Este foi o ponto nevrálgico, a causa principal da derrota militar: o ataque lento e parcelado. Não foram os jagunços — implacáveis combatentes — que propiciaram o malogro das operações ofensivas, senão as próprias deficiências inerentes à articulação do dispositivo. Maiores que os trabucos e bacamartes dos sertanejos, eram as próprias desorganizações tática e técnica dos combatentes re-

gulares. Busquemos em nossas deficiências operacionais o motivo desse fiasco inicial e, não, na combatividade — inegável — do antagonista. A expedição, exorcizada de suas deficiências e vulnerabilidades, seria compatível para dominar a posição contrária, sofrendo menos baixas e minorando o sacrifício de seus bravos integrantes, inclusive oferecendo aos seus opositos eventuais, uma rendição digna e menos cruel. Canudos representou um profundo drama passionai, agravado por intensa crise de autoridade.

O Rio de Janeiro quase ficou desorganizado pelos militares que faziam a segurança do Município Neutro. Tudo em nome da República, ameaçada pela Monarquia restauradora, no pensamento dos exaltados florianistas, órfãos do chefe prematuramente desaparecido e ansiosos em extirpar aquele “foco de resistência sebastianista, patrocinado pelo Rei da Inglaterra e seus sequazes encastoados no governo da Bahia”. O jacobinismo atingia o auge e reduzia o poder de raciocínio dos dirigentes do novel regime, recentemente imposto pelo Exército.

A Armada, monarquista em seu âmago, observava de longe as dificuldades do sistema de governo, que não apreciava. Há pouco tempo dividira os lauréis e dissabores da luta empreendida no Prata, com seus irmãos do Exército. Agora, neutralizada pelos acontecimentos desencadeados ao sul do país e na Capital Federal, hesitava em aderir completamente àquele estado de

coisas. Os seus companheiros de armas estavam em apuros, sem condições de submeter, com presteza, uma rebelião popular eclodida em “terra ignota”. O Exército se exauria numa luta inglória, sacrificava-se frente ao inimigo, sem dar nem pedir quartel.

Ademais, a Força Terrestre não era uma tropa de noviços, eis que desde a sua criação fora empregada em lutas externas e internas incessantes e, retemperada recentemente pela Guerra do Paraguai, levava a Canudos alguns chefes remanescentes daquela campanha e muitos combatentes veteranos do conflito de 1893/4, desencadeado no sul do país. Oficiais e praças sabidamente bravos, profissionais experimentados nas mais adversas condições de luta. Por outro lado, o adversário era gente incivilizada, jagunços brancos, inferiorizados no armamento, no equipamento e sem preparo militar. Não sabiam eles que Canudos demonstraria, de maneira trágica, que mais importante que o adestramento, o uniforme, a doutrina (às vezes defasada no tempo), é a vontade, a fé na causa justa, a confiança no chefe. As outras condicionantes, apesar de reais e indispensáveis, são complemento à determinação inabalável do combatente, em busca da Vitória.

* * *

A missão era simples: “carta branca” e dinheiro vivo entregue nas mãos do Comandante. Simples

para quem dava e de difícil execução para quem a recebia. Nada mais constava do "convite" recebido. "Convite de chefe é ordem", aconselha a sabedoria militar. Assim, os comandantes das frações destinadas a Canudos eram investidos em suas funções. Nenhuma diretriz, orientação, o que seja. Apenas "lavar a honra enxovalhada do Exército". Batalhões oriundos das mais diferentes regiões do país, principalmente do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde estavam os maiores efetivos da Força Terrestre, foram destacados celeremente para os sertões da Bahia. Do Rio Grande, abalaram as tropas a pé, permanecendo a Cavalaria a guardar a fronteira.

A cadeia de comando foi quebrada logo de início, pois os oficiais, envergando seus vistosos uniformes e oferecendo alvo tão compensador, eram sumariamente eliminados, vitimados pelos tiros certos dos atiradores de elite do adversário. A melhor via de acesso, o leito seco do riacho Umburanas, estava enfiada pelos fogos do inimigo e muitas vezes as forças atacantes, julgando estarem em clima de aproveitamento do êxito obtido, viam-se desabrigadas nas posições supostamente conquistadas, servindo de alvo aos atiradores colocados em pontos pre-determinados, que aproveitavam a máxima razância de tiro. Os destroços da 3ª expedição espalhados por todo canto, desprezados pelos jagunços por motivos religiosos, contribuíam para abalar

a moral da tropa, forçada a combater ao lado de cadáveres ressequidos e restos de equipamento militar. Por sua vez, o jagunço estava preparado para a guerra, organizado, resoluto, moldado nas próprias adversidades, experiências e injunções históricas da cultura sertaneja, ao longo do tempo.

É incrível sabermos que os chefes responsáveis, em todos os escalões, a partir do Ministério da Guerra, jamais pensaram em cortar os itinerários de abastecimento que, vindos do Norte, propiciavam condições de luta ao baluarte de Canudos, ainda que empregando as forças policiais estaduais. Tal procedimento ocorreu mesmo sentindo na própria carne o exemplo dado pelos jagunços que, enquanto tiveram condições, jamais deixaram em paz os comboios regulares de suprimento, através de incessantes ações de comando e golpes-de-mão.

Quanto ao apoio administrativo, inexistiam órgãos fiscalizadores intermediários na estrutura organizacional do Exército. Agravava a situação a prática de que quem efetuava o pagamento em espécie era o comandante da subunidade, isto é, o capitão comandante de esquadrão, de companhia, de bateria, através dos furriéis. Para isso, conduziam muarens curvados sob o peso dos cofres cheios de moedas referentes ao soldo da tropa. Podemos imaginar o caos financeiro que assolou Canudos, devido ao prolongamento das operações e à mor-

te em combate de vários comandantes.

O Serviço de Intendência não existia, assim como o sistema de prestação de contas. O Comandante-Geral — Moreira César e Arthur Oscar — era independente em todos os atos, quer operacionais, quer administrativos, imunes a qualquer controle. Missão dada pela finalidade, segundo o jargão castrense.

O Ministro da Guerra, que seria a autoridade militar responsável pela campanha, abdicou dessa atribuição hierárquica e concedeu ao chefe nomeado uma “carta branca” operacional e uma “caixa militar” de recursos inesgotáveis. Tudo em nome da República.

Inexistiam, também, manuais e regulamentos ordenando a doutrina e a técnica, como vimos. A tradição — o chamado “R Praxe” — é que era seguida pelos ordenadores de despesa. Em uma organização militar aquartelada, o costume era obedecido sem maiores problemas, mas avalie o leitor a questão administrativa a ser enfrentada pelo Comando de uma unidade afastada do aquartelamento, carente de ajudantes e burocratas — o chamado estado-menor (praças) — sob o fogo do inimigo e alvo de constantes substituições e baixas em combate. Dantas Barreto relata as agruras dos combatentes na busca de alimentos, cuja aquisição era regiadamente indenizada aos especuladores. Trabalhava-se com dinheiro vivo, porquanto não existia o siste-

ma de cheques bancários.

Entrementes, o Ajudante-General, espécie de comandante operacional das forças terrestres, expedia seus avisos e ordens-do-dia e providenciava o reacompanhamento e o deslocamento marítimo dos reforços. O Quartel-Mestre General, responsável pelo que seria o apoio logístico, era vítima de uma doutrina ultrapassada que se mostrava incapaz de atender o fluxo de suprimento exigido.

É rara a documentação que registra os dissabores administrativos da cúpula dirigente (não existia Estado-Maior Geral) e os arquivos militares são parcos de informações detalhadas no tocante à distribuição das verbas orçamentárias e outras despesas efetuadas na Guerra de Canudos. Como fator positivo, observe-se que o armamento entregue à 4ª Expedição constava entre os mais modernos existentes no mundo.

Havia, subordinada à Ajudância-Geral, no Rio de Janeiro, uma dita Repartição de Intendência de Guerra, encarregada do provimento do equipamento e do material bélicos, haja vista que as OM recebiam diretamente o numérico correspondente à aquisição de matéria-prima e de animais e ao contrato da mão-de-obra necessária para a confecção de uniformes, calçados, móveis, etc. Devido a isto, os comandantes caprichosos apresentavam bem as suas OM e aqueles menos dedicados o faziam de modo precário. Da mesma ma-

freqüentes, mas quando caem, são torrenciais. Conseqüentemente, a vegetação que vem a aflorar na região denominada "caatinga", às vezes adensada, mas normalmente rala e muito espinhenta, adapta-se à falta d'água e substitui as folhas pelos espinhos. As plantas desenvolvem órgãos subterrâneos de reserva, como é o caso do umbuzeiro, considerada a árvore protetora do sertão.

Mergulhada em áspera região do sertão baiano, em pleno Polígono das Secas, erguia-se Canudos, antiga e abandonada fazenda de criação de gado. É o centro da figura geométrica formada pelas localidades de Queimadas, Monte Santo, Cícero Dantas (ex-Bom Conselho), Jeremoabo e Uauá, das quais dista quase igualmente. Aquela imensa área, pobre, agressiva, foi razoavelmente povoada, no início da colonização, a princípio devido ao ciclo do açúcar na zona úmida do litoral e, depois, pelas necessidades da criação do gado para alimentar as atividades mineiras no interior de Goiás, de Mato Grosso e de Minas Gerais.

As vias de transporte para a área, em fins do século XIX, eram a estrada de ferro Salvador-Alagoinhas-Juazeiro e a estrada, quase caminho, Aracaju-Jeremoabo-Canudos-Uauá. Pelo Norte, apenas o semideserto da Várzea da Ema. Canudos é terra considerada viçosa, para os padrões da caatinga e os únicos caminhos possíveis de utilização, antes de atingi-

la, passavam obrigatoriamente por um dos quatro trechos de difícil acesso, que são: um, vindo de Juazeiro e passando por Uauá; outro, tendo origem em Jeremoabo, passando por Cocorobó; o terceiro, o de Calumbi-Cambaio e o último, de Rosário, na direção geral de Monte Santo-Queimadas.

Além da distância, do terreno árido, da vegetação agressiva, qualquer força, para lá chegar, teria que atravessar uma região estéril, carente de água e de recursos locais, necessitando realizar o transporte de toda a sorte de suprimentos. Toda a configuração do modelado convergia para Canudos, canalizando o gado vindo do nordeste brasileiro para a chapada diamantina e o retorno comercial dessa atividade, transformando a localidade em uma parada obrigatória no fluxo do comércio.

A bacia hidrográfica do Itapicuru inclui Monte Santo, Queimadas e Euclides da Cunha (ex-Cumbe) e a do Vaza-Barris, Canudos, Uauá e Jeremoabo. Juazeiro e a Várzea da Ema pertencem ao vale do São Francisco.

Canudos encontrava-se em uma alça do rio Vaza-Barris, que a cercava em três quartas partes do perímetro urbano e se constituía em fosso natural, em face de suas margens íngremes e pedregosas. A igreja nova, ao sul do arraial, dominava o trecho do rio, bloqueando as estradas que demandam a Queimadas.

Os casebres do lugarejo, irre-

freqüentes, mas quando caem, são torrenciais. Conseqüentemente, a vegetação que vem a aflorar na região denominada "caatinga", às vezes adensada, mas normalmente rala e muito espinhenta, adapta-se à falta d'água e substitui as folhas pelos espinhos. As plantas desenvolvem órgãos subterrâneos de reserva, como é o caso do umbuzeiro, considerada a árvore protetora do sertão.

Mergulhada em áspera região do sertão baiano, em pleno Polígono das Secas, erguia-se Canudos, antiga e abandonada fazenda de criação de gado. É o centro da figura geométrica formada pelas localidades de Queimadas, Monte Santo, Cícero Dantas (ex-Bom Conselho), Jeremoabo e Uauá, das quais dista quase igualmente. Aquela imensa área, pobre, agressiva, foi razoavelmente povoada, no início da colonização, a princípio devido ao ciclo do açúcar na zona úmida do litoral e, depois, pelas necessidades da criação do gado para alimentar as atividades mineiras no interior de Goiás, de Mato Grosso e de Minas Gerais.

As vias de transporte para a área, em fins do século XIX, eram a estrada de ferro Salvador-Alagoinhas-Juazeiro e a estrada, quase caminho, Aracaju-Jeremoabo-Canudos-Uauá. Pelo Norte, apenas o semideserto da Várzea da Ema. Canudos é terra considerada viçosa, para os padrões da caatinga e os únicos caminhos possíveis de utilização, antes de atingi-

la, passavam obrigatoriamente por um dos quatro trechos de difícil acesso, que são: um, vindo de Juazeiro e passando por Uauá; outro, tendo origem em Jeremoabo, passando por Cocorobó; o terceiro, o de Calumbi-Cambaio e o último, de Rosário, na direção geral de Monte Santo-Queimadas.

Além da distância, do terreno árido, da vegetação agressiva, qualquer força, para lá chegar, teria que atravessar uma região estéril, carente de água e de recursos locais, necessitando realizar o transporte de toda a sorte de suprimentos. Toda a configuração do modelado convergia para Canudos, canalizando o gado vindo do nordeste brasileiro para a chapada diamantina e o retorno comercial dessa atividade, transformando a localidade em uma parada obrigatória no fluxo do comércio.

A bacia hidrográfica do Itapicuru inclui Monte Santo, Queimadas e Euclides da Cunha (ex-Cumbe) e a do Vaza-Barris, Canudos, Uauá e Jeremoabo. Juazeiro e a Várzea da Ema pertencem ao vale do São Francisco.

Canudos encontrava-se em uma alça do rio Vaza-Barris, que a cercava em três quartas partes do perímetro urbano e se constituía em fosso natural, em face de suas margens íngremes e pedregosas. A igreja nova, ao sul do arraial, dominava o trecho do rio, bloqueando as estradas que demandam a Queimadas.

Os casebres do lugarejo, irre-

gularmente distribuídos, constituíam um emaranhado labirinto, obrigando a quem os investisse, tentar conquistá-los um por um. Possuíam abrigos e trincheiras no seu interior e o seu valor defensivo foi agravado com cactus, gravatás etc, tornando-os verdadeiras casamatas. É sobre esse palco, sumariamente descrito e hoje submerso pelas águas da represa de Cocorobó, que se desenvolverá a guerra.

* * *

homem Vejamos o sertanejo, o guerreiro de Canudos. Partindo do princípio de que os costumes devem ser encarados como documentos que caracterizam uma época, podemos avaliar o homem do sertão semi-árido, no fim do século XIX, uma cultura específica, uma civilização ali instalada que deixou muito pouca literatura autenticamente local, pois a que existe foi escrita por estudiosos forasteiros. Vemos, também, do lado legalista, a adaptação forçada do homem retirado de regiões completamente divorciadas em hábitos daquela em que se encontrava, transformando os utensílios militares em ferramentas e usando as vestimentas dos habitantes do lugar, como o chapéu de couro, a perneira, a alpercata etc, e sobrevivendo ao assar beijos e raízes de umbuzeiro.

Sob o ponto de vista estratégico, Bom Jesus do Belo Monte era indefensável, como Dien Bien Phu, na Indochina Francesa, na Histó-

ria Militar recente. Era uma depressão, cercada de elevações por todos os lados, que tinham comandamento sobre a chamada cidadela. Bastava apossar-se desses acidentes geográficos — efetivos existiam para essa manobra — que a posição cairia por ser incompatível a uma resistência prolongada. É sem fundamento doutrinário a especulação de escritores leigos que alardeiam a competência estratégica do Conselheiro, por escolher a fazenda abandonada à beira do Vaza-Barris para a edificação do seu império. Antônio Maciel escolheu aquele local apenas por conhecer os sertões como a palma de sua mão, pela existência de água relativamente farta, a inexistência de autoridades, a fertilidade do solo e as boas condições de vida que oferecia. Todavia, como reduto militar era indefensável, porquanto para lá convergiam várias vias de acesso, além de ser cercada por elevações de porte, o que dificultava a sua manutenção.

Copa
Lições
Clássicas
Amorais

Acompanhar a trajetória fulgurante da vida incomum do Conselheiro equivale a assistir a um filme de ficção, produzido por ocasião da fase mais fértil e inventiva de Hollywood, com uma diferença: é a dura realidade do subdesenvolvimento, despojado de qualquer traço de ilusão. Antônio Maciel não representava, agia. Estava francamente determinado a resistir às investidas das autoridades legais, que,

no seu entendimento, careciam de apoio divino e de respeito do povo, oprimido pela vida infame e que só teria consolo na outra vida, após a morte. "Só Deus é grande", apregoava. Algo tinha que ser feito, logo, para amenizar a dor de sua gente sofrida e dar um paradeiro nas perseguições de que se sentia vítima. Experiente fundador de cidades, decidiu rapidamente criar Belo Monte, o Império dos padecentes, dos resignados, dos incompreendidos, dos bem-aventurados, dos amantes a Deus. Não bastava ter fé.

O local ele já tinha mentalizado, tantas vezes já passara por ali: à beira do Vaza-Barris, a cavaleiro da estrada que levava de Monte Santo a Uauá. Fazenda abandonada, uma tapera, onde não existiam juizes, delegados, prefeitos, coisas que tais. A sua autoridade terrena seria única, inconteste. A palavra de Deus obedecida, sem artimanhas, sem subterfúgios. Da vontade à ação, a distância foi um passo. O ano era 1893. *Belo Monte Santo*

Belo Monte cresceu como o trigo dos evangelhos. Em pouco tempo superava, em dimensão, as vilas vizinhas e era considerada a Canaã prometida, o paraíso terrestre, de onde os ateus republicanos seriam escorraçados. Ali acorreram os sertanejos de todos os rincões. A vida era pacata: Proibido beber cachaça, as mulheres eram forçadas a manter suas cabeças cobertas pelos seus véus virtuosos. Prostituição, jamais. Cada um vivia as suas

necessidades de subsistência, a feira, o comércio de trocas, pois o dinheiro republicano não circulava. O culto diário, os sermões fluentes do Conselheiro, a criação de bodes, o roçado, a rede confortável. Os moradores circunvizinhos, abandonados pelo poder público, invejavam aquela vida plena de felicidade, no primarismo de seus corações e mentes. Muitos abandonavam seus pertences, suas coisas, seus "trens" e dirigiam-se a Belo Monte, realmente, para eles, o paraíso preconizado pelas escrituras divinas. Todos àquela comunidade bendita, regida por um profeta e seu sistema de partilha dos bens de consumo, inclusive vadios, aventureiros e meliantes.

Antônio Conselheiro
Antônio Maciel, na realidade, não entendeu a influência social que interpretava, não aferiu a força moral de que dispunha, reflexivo nas suas idéias embaralhadas. Preconizava um império hipotético, que era um protesto contra a exploração, contra o "status quo" estabelecido, mas que não tinha um objetivo definido, um governo responsável e um aparelho dirigente. Aferrar-se a Belo Monte e não permitir a sua profanação, era a meta pouco compreensível, pelo vazio de idéias, sacrificando aquela gente ofendida e violada, sem retrocesso, sem contemplação.

Procurar entender o Conselheiro é um desafio à inteligência. Tentar compreender o seu pensamento confuso e divergente, uma competição entre a lógica e a su-

perstição. Afinal, o que se passava naquela mente se, comprovadamente, desprezava o dinheiro, o conforto, o consumo, a propriedade, enfim, o poder? A utopia conselheirista encontra respaldo em sua firme determinação: jamais seria feito prisioneiro, jamais se entregaria às autoridades republicanas, os odiados maçons e hereges.

Antônio Conselheiro nunca foi visto pelas forças atacantes. A sua aparência física era conhecida apenas pelas descrições dos relatórios escritos ou pela transmissão boca a boca dos habitantes do lugar. Se ele mudasse seu aspecto visual, isto é, aparasse os longos cabelos e barba peculiares e vestisse um traje comum de sertanejo, abandonaria facilmente a localidade, pelo Norte, se desejasse. Ao contrário, enclausurado no chamado "santuário", deu-se fanaticamente às suas meditações e preces, dormindo no chão imundo, esqualido, alimentando-se frugalmente, assim mesmo por insistência das beatas que davam-lhe água, pirão de farinha e peixe, boca abaixo. Faleceu de morte natural, de inanição, esvaído pela desintéria, cercado por seus prosélitos mais íntimos, no dia 22 Set 1897. Ali mesmo foi enterrado em cova rasa, vestindo o seu surrão de brim azul, rosário rústico no pescoço e alpercatas de couro cru nos pés. Morto e sepultado o Conselheiro — o "Rei dos Jagunços" — seria de prever-se a queda imediata do Império de Belo Monte. Todavia, os acontecimentos subseqüentes iriam

desmentir essa versão simplista do significado social daquele enclave por ele fincado nas entranhas do território nacional. Por que a luta continuou, mesmo após o desaparecimento físico do líder espiritual? Por que os jagunços remanescentes não se entregaram aos seus inimigos, optando por afrontar uma situação totalmente desfavorável, marchando estoicamente para a morte inexorável, prolongando aquele sofrimento inaudito? Por que conduziram conscientemente suas famílias até as últimas conseqüências, em literal holocausto?

Nos dias atuais, vencidas as incompreensões e os preconceitos pela caminhada imparcial do tempo, acode-nos uma justificativa primordial que traduz, em parte, o comportamento aparentemente irracional daquela gente explorada e humilde: eles defendiam com unhas e dentes o patamar social alcançado, depois de várias gerações de subserviência total, de completa alienação, da ausência de bens mínimos que compensam a existência humana. Por alguns momentos, eles sentiram-se possuidores de um lar, de uma roça, miseráveis, sem dúvida, mas cujas posses eram inteiramente deles. Não cabia entregá-los. Viver sem essas conquistas, impossível. Canudos não era, unicamente, um povoado de fanáticos e bandidos. Era, principalmente, a materialização de uma vida comunitária em que cada cidadão possuía seu canto, produzia a sua subsistência individual e alimentava a sua fa-

O povo do Monte Santo: sua luta para sobrevivência

mília, enquanto da imensidão do céu, Nosso Senhor Deus Todo-Poderoso abençoava o trabalho realizado, na palavra sempre presente do Bom Conselheiro.

* * *

Belo Monte não era um paraíso terrestre. A comunidade era estratificada em classes bem definidas. Havia os privilegiados, que moravam nas melhores vivendas situadas na rua principal, usufruindo de algum conforto, como os Vilanova, abastados comerciantes. Os negros eram segregados em um gueto denominado Mocambo o "bairro" mais miserável do arraial. Os populares se amontoavam nos humildes casebres de pau-a-pique, erguidos com barro vermelho, cobertos com palha de icó firmada com o mesmo barro, de uma só porta de entrada e sem janelas. Pareciam fornos de olaria. Os índios se ajuntavam de qualquer jeito, também separados da maioria dominante dos caboclos. As rixas e querelas eram resolvidas em última instância pelo "Pai", que punia o seu povo com penitências que abrangiam desde a repetição de rezas intermináveis do rosário, até a mais temida: a expulsão de Belo Monte. A ingestão de bebidas alcoólicas era proibida, mas pode-se deduzir a dificuldade para o cumprimento dessa norma, em se conhecendo o comportamento do sertanejo, admirador contumaz da boa aguardente, da purinha cana-de-cabeça. A

saúde pública era lastimável, sendo deplorável o estado de higidez da população, vítima das mais variadas moléstias, desde a "barriga d'água" à "catarrata ceguenta". Morriam de morte natural, em média, 8 pessoas adultas, por dia. A mortalidade infantil atingia os hoje chamados "níveis alarmantes". O cemitério novo era o principal hospedeiro dos canudenses. Corps de "anjinhos" e de pecadores disputavam lugubrememente as covas rasas abertas incessantemente. Porém, eram enterrados cumprindo os ditames da fé cristã: Cânticos e ladainhas, choros e lamentações compunham o ritual no piedoso acompanhamento do féretro. Os defuntos de melhores condições financeiras eram enterrados em caixões de madeira, com mortalha, flores e tudo, enquanto que os deserdados da sorte viajavam para o outro mundo na própria rede ou esteira que usavam em vida. Morrer era a salvação. Aquela vida infeliz que conheciam era apenas uma "provação" imposta pelo Bom Jesus para purgar seus pecados e salvar suas almas. Em compensação, abria-lhes a porta do Reino dos Céus, onde, compadecido, os aguardava, desde que exorcizados dos erros cometidos, libertos das tentações do Cão. Para isso, muitos se flagelavam através de auto-açoitamentos, de longos percursos feitos de joelhos, ou cingindo firmemente um arame farpado à cintura, por certo tempo. Todos causavam dores horríveis, mas purificavam a alma.

Eram promessas pagas ao Nosso Senhor Jesus Cristo, ao Santo Antônio, padroeiro da igreja nova, ou ao seu santo de devoção por uma graça alcançada e as cumpriam rigorosamente. Um homem com essa resignação só poderia resultar em um combatente exemplar.

* * *

Erroneamente a campanha de Canudos é considerada, por alguns estudiosos, como uma “guerra de guerrilhas”. Define-se este tipo de guerra como o conflito travado entre tropas convencionais e guerrilheiros de alta mobilidade tática, que não oferecem combate decisivo e retiram-se para uma região de homizio não identificada, quando pressionados. Os exemplos mais notáveis desse tipo de combate são a Insurreição Pernambucana seiscentista e a recente guerra do Vietnã, ambas com resultado desfavorável às forças regulares. Entretanto, trata-se de uma abordagem distorcida da realidade canudense, pois aquela campanha foi uma luta de natureza convencional, ou seja, o inimigo estava lá, sem intenção de recuar ou de render-se. O objetivo era conhecido desde o início das operações (o arraial) e os defensores ofereceram combate frouxo, até a conquista do reduto pelos atacantes. Demonstrando impressionante capacidade de luta e surpreendente intuição tática, estabeleceram postos avançados bloqueando as principais vias de acesso que sabiam

de antemão mobiliadas pelo inimigo, fruto das informações obtidas no campo de batalha. Nessas posições sumariamente organizadas, aproveitaram o terreno para abrigar-se e efetuar os tiros de matar, trocando o espaço pelo tempo, quando ameaçados de envolvimento. Retraindo para a cidadela, ali estabeleceram sólida defesa de posição organizada, protegendo-se dos fogos e das vistas do inimigo pela utilização de um sistema de trincheiras coletivas e de abrigos individuais altamente eficientes, melhorado através da limpeza dos campos de tiro.

Por outro lado, as suas tropas (a Guarda Católica) eram uniformizadas (gorro azul e divisa da mesma cor na manga da camisa), hierarquizadas, pagas e organizadas em frações chefiadas por cabecilhas competentes e respeitados pelos subordinados. Essas forças atiravam de modo independente quando a frente se estabilizava e eram reunidas sob comando único (o Comandante da Rua) nos momentos em que eram atacados em força, demonstrando incomum disciplina de tiro. Contudo, faltou-lhes um chefe que conhecesse a arte militar e levasse o combate às bases do inimigo (Monte Santo, Queimadas, Cumbe etc) e, particularmente, aos trilhos da estrada-de-ferro, único acesso estratégico ao teatro de operações. Ficou a impressão de que os preconceitos religiosos do Conselheiro impediram a expansão das ações dinâmicas da defesa, obstina-

do que era em restringir as operações às necessidades de defesa aproximada de seu santuário. Sem a via-férrea, não havia condições à conquista de Canudos.

A atitude francamente defensiva dos canudenses demonstra o limitado universo do Conselheiro e comprova que ele não pretendia expandir os seus domínios, mas, unicamente, manter Belo Monte como um oásis divino no ambiente pecaminoso e opressor que o rodeava, porém sem jamais ser submetido pelos ímpios. Que o deixassem em paz, na sua Canaã. Ele não pretendia governar o Brasil, sequer os sertões miseráveis, as suas agruras, a sua penúria. Suas tropas nunca perseguiram o inimigo repellido, ou executaram o aproveitamento do êxito, o que, militarmente, determinou a sua derrota final. Chegaram ao cúmulo de não utilizarem os canhões capturados, aqueles dragões da maldade, instrumentos do satanás — guardados, desmontados, como troféus, a serem restituídos a um ilusório Príncipe Pedro III.

Por outro lado, o querosene e a dinamite foram empregados largamente, reduzindo o santificado e efêmero povoado plantado à beira do Vaza-Barris a um amontoado de ruínas e cinzas. Sem ilusão.

* * *

Antônio Conselheiro não entendia que ao estabelecer o domínio da desobediência civil, garantido pelas armas, estava criando um

país independente, um Estado revolucionário dentro de um Estado legal. À República cabia restabelecer a ordem constituída, o território nacional, alvo de uma defecção. A maneira açodada da intervenção federal e a resistência insana de um líder carismático transformaram a gente sertaneja em vítima espontânea e a tropa repressora em inclemente algoz, quando, na verdade, tratava-se de irmãos imolados em luta fratricida descabida, sangrenta e que, mercê de Deus, não voltará a enlutar a sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ARARIPE, Tristão de Alencar. "Expedições Militares contra Canudos. Sem Aspecto Marcial". Rio de Janeiro, Impr. do Exército, 1960.
- BARRETO, Dantas. "Última expedição a Canudos". Porto Alegre, Franco & Irmão, 1898.
- BELO, José Maria. "História da República (1889-1954). Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira". São Paulo, Ed. Nacional, 1964.
- CALASANS, José. "Quase Biografias de Jagunços. O Séquito de Antônio Conselheiro". Salvador, UFB, 1986.
- _____. "No Tempo de Antônio Conselheiro". Salvador, UFB, s.d.
- _____. "Canudos. Origem e Desenvolvimento de um Arraial Messiânico", in "Revista da Academia de Letras da Bahia" n° 34, Salvador, 1987.
- CARNEIRO, Glauco. "Rebelião de Canudos". In "História das Revoluções Brasileiras". Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965.
- CUNHA, Euclides da. "Caderneta de Campo". Intrd., notas e comentários por Olímpio de Souza Andrade. São Paulo, INL 1975.
- _____. "Os Sertões (Campanha de Canudos)". Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1923.
- _____. "Canudos. Diário de uma Expedição". Rio de Janeiro, J. Olympio, 1939.
- DEL RE, Januário João. "A Intendência Militar Através dos Tempos". Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1925.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. "Guerras Insurrecionais no Brasil", Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1968.

FORTES, Heitor Borges. "Velhos Regimentos. Ensaio sobre a Evolução da Artilharia de Campanha Brasileira de 1831 a 1959". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1964.

GALVÃO, Walnice Nogueira. "No Calor da Hora; a Guerra de Canudos nos Jornais, 4ª edição". São Paulo, Ed África, 1974.

GUIMARÃES, Carlos Eugênio de Andrade. "Arthur Oscar, um Soldado do Império e da República". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1965.

JUNIOR, Pereira Reis. "Os Presidentes do Brasil". Divulbrás Editora Ltda, Rio de Janeiro, 1975.

LAGO, Laurênio. "Generais da República. 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1943". Rio de Janeiro, Impr. Militar, 1944.

MACEDO, Nertan. "Memorial de Vilanova". Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964.

MAGALHÃES, João Batista. "A Evolução Militar do Brasil. Anotações para a História". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.

MELO, Dante de. "A Verdade sobre "Os Serões". Análise Reivindicatória da Campanha de Canudos". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.

MILTON, Aristides A. "A Campanha de Canudos". Salvador, Univ. Fed. da Bahia, 1979.

MITCHELL, Gilberto de Medeiros. "História do Serviço de Saúde do Exército". Rio de Janeiro, s. ed., 1963.

MUNIZ, Edmundo. "A Guerra Social de Canudos". Rio de Janeiro, Civilização Bras., 1978.

MONTE-MARCIANO, Frei João Evangelista. "Relatório apresentado ao Arcebispo da Ba-

hia, sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos." Salvador, Typ. do "Correio de Notícias", 1895.

PIEIDADE, Lellis. "Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia", Salvador Litho-Typ. e Encad. Reis, 1901.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "O Messianismo no Brasil e no Mundo", São Paulo, Dominus Editora, 1965.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "Os Radicais da República", São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

SENA, Davis Ribeiro de. "Primórdios da Organização Militar Brasileira", in "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro, Set/Out 1987.

_____. "Serviço Militar Obrigatório e o Desenvolvimento do Exército", in "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro, Set/Out 1984.

_____. "A Evolução do Exército e o Oficial de Estado-Maior", in "A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, Jul/Set 1989.

SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. "A Guerra de Canudos". Rio de Janeiro, Typ., 1902.

VARGAS LLOSA, Mário. "A Guerra do Fim do Mundo; a Saga de Antônio Conselheiro na Maior Aventura Literária do Nosso Tempo". Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.

— Debates e troca de idéias com estudiosos do assunto.

— Depoimentos colhidos junto às autoridades e população dos municípios de Monte Santo, Euclides da Cunha, Canudos e Uauá.

— Documentos consultados no Arquivo do Exército, Biblioteca do Exército, Centro de Documentação do Exército, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Universidade Federal da Bahia, Biblioteca Nacional e Museu da República.



Cel. Cav R/1 Ribeiro de Sena — possui os cursos normais da carreira de oficial do Exército Brasileiro, além de ser bacharel em Administração de Empresas. Estudioso da História do Brasil, particularmente da História Militar, tem vários artigos publicados em revistas e jornais, inclusive na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Serviu nos 4 Exércitos e no Comando Militar do Planalto (CMP), exerceu as funções de Chefe da Divisão Histórica e Cultural do Centro de Documentação do Exército, trabalhou no Estado-Maior do Exército e comandou o 17º Regimento de Cavalaria (Amambai-MS). Concluiu sua carreira na Ativa, exercendo as funções de E/1 da 1ª Divisão de Exército, "Divisão Mascarenhas de Moraes", sediada na Vila Militar, Rio de Janeiro. Pertence ao IGHMB e, atualmente, é o Redator Executivo da Revista do Exército Brasileiro.